

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2025

Inexigibilidade de licitação nº 032/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO PARDO, inscrito no CNPJ sob nº 88.821.079/0001-62, com sede administrativa na Rua Andrade Neves, 324, Centro, na cidade de Rio Pardo/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogério Luiz Monteiro, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: VAQUITA PRODUÇÕES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 52.095.830/0001-43, com sede na Rua Treze de Maio, 527, bairro Auxiliadora, CEP 96640-000, no município de Rio Pardo/RS, Telefone: (51) 9.9588-4955, email: vaquitacultural@gmail.com, doravante denominada CONTRATADA.

O presente instrumento tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante no processo administrativo 1Doc nº 2.131/2024, que deu origem a Inexigibilidade de licitação nº 023/2024, regendo-se pelos termos da Lei nº 14.133/2021, e legislação pertinente à matéria, pelos termos da proposta da **CONTRATADA**, que fazem parte do presente Contrato como se nele estivessem transcritos, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento, a contratação de empresa para a produção artística do espetáculo teatral “Paixão e Morte de Cristo” na Programação da Semana Santa de Rio Pardo 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá se comprometer a cumprir fielmente o objeto deste contrato, bem como do Termo de Referência.

O prazo de execução do objeto será no dia 18 de abril de 2025 no local denominado “Forno de Cal” a partir das 20 horas, e após o recebimento da nota de empenho.

Construção do espetáculo: Produção e gestão do projeto, Direção, Seleção e preparação do elenco, Adaptação de texto e cessão de direitos autorais, Assessoria de imprensa (elaboração de release e relação com mídias), Cenografia, Coreografia, Figurinista, Elaboração e cessão de figurinos para o espetáculo, Maquiagem, Direção de gravação e seleção de trilha sonora, Equipamento de som para ensaios, Criação e confecção de camisetas para o elenco, equipe técnica e apoiadores.

Iluminação: Estrutura técnica: 02 goleiras de P30 de 12mX6m com estaqueamento e mão-francesa; 01 Avolites pearl ou console MA; 36 Canais de Rack de Potencia Digital – 4000wats; 16 Moving Spot ou Bean 200 7R; 48 Par Led 5w ou 15w RGBWA; 16 Par Led Cob 200w; 04 Mini Brut; 01 Canhão Seguidor ADB HMI 1200; 02 Máquinas Haze – Óleo; 24 Par 64 # 6 / 5/ 2 / 1; 16 Ribaltas 8W; 01 Pró Power + Fiação e Acessórios. Criação, gravação e operação de iluminação para ensaio geral e apresentação. Alimentação e hospedagem da equipe.

Sonorização: Estrutura técnica: 01 Sistema de PA e monitores compatíveis com o espaço; 01 console de mixagem; 01 microfone sem fio; 01 computador. Alimentação e hospedagem da equipe.

Gravação e edição do som: Gravação, operação e edição de som em estúdio adequado as necessidades do espetáculo.

Sistema de Gerador: 01 gerador 55kwA com cabeamento trifásico + neutro.

A encenação deverá contar com mais de 80 atores, entre artistas principais e figurantes, bem como equipe de bastidores (maquiagem, operador de som e iluminação).

As demais despesas que porventura ocorram para a realização do objeto, serão de única responsabilidade da empresa contratada. Entende-se como tais, pagamento dos salários da força humana, bem como todos e quaisquer encargos e direitos trabalhistas que possam surgir quando da realização do serviço.

A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação do serviço, o valor total de R\$ 82.440,00 (oitocentos e dois mil e quatrocentos e quarenta reais).

Prazo de pagamento: Pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor na data 17/04/2025 e o restante com até 30 (trinta) dias da juntada da nota fiscal no sistema 1Doc.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a contratação deste objeto, a despesa decorrente do presente será suportada pela seguinte dotação orçamentária:

- Despesa 16243.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DA EFICÁCIA

O presente instrumento terá validade por 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato.

O presente contrato somente terá eficácia após a assinatura por todas as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no processo ou à execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no parágrafo anterior, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do parágrafo anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo parágrafo.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no parágrafo segundo desta cláusula.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no parágrafo segundo desta cláusula, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista no parágrafo segundo desta cláusula, em sua alínea “b”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do parágrafo segundo desta cláusula, a contratada será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Administração, a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Serão indeferidas pela Administração, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

É admitida a reabilitação da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “f” e “i” do parágrafo primeiro desta cláusula exigirá, como condição de reabilitação da contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Cedência de espaço para ensaios e camarins, conforme cronograma estabelecido pela produção;

Montagem dos palcos indicados e combinados com a direção;

Estruturação do local onde será realizado o espetáculo para ensaios e recepção do público (banheiros e chuveiro, iluminação para montagem de cenários, limpeza e pintura).

Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e à defesa ao interesse público.

Intervir na execução do objeto contratado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Assumir integral responsabilidade pela execução do serviço objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e da Inexigibilidade de licitação nº 032/2025.

Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à execução do objeto contratado, executando-o de acordo com a fiscalização da Contratante e especificações e quantidades constantes no Termo de Referência.

Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratada qualquer alteração, inclusive, quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Cumprir todas as obrigações e especificações dispostas neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

A execução do Contrato deverá ser acompanhada por representante legal da Secretaria competente, especialmente designado.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante legal da Secretaria competente deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.

A Secretaria Municipal de Turismo indica a servidora Priscila Rocha do Nascimento, como responsável pela fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO

As hipóteses que constituem motivo para rescisão contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada, por:

- a) Ato unilateral e escrito da Contratante, exceto nos casos em que esta tenha dado causa à extinção.
- b) Consensual, desde que haja interesse e seja conveniente para a Contratante.
- c) Por decisão arbitral ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Pardo/RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

O processo administrativo 1Doc nº 1.961/2025 e a Inexigibilidade de licitação nº 032/2025 são partes integrantes deste Contrato.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, na forma eletrônica, o Prefeito Rogério Luiz Monteiro, a empresa contratada VAQUITA PRODUÇÕES LTDA – ME e a Fiscal Priscila Rocha do Nascimento.

Rio Pardo/RS, 27 de março de 2024.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DF81-DB1B-619A-CB8E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROGÉRIO LUIZ MONTEIRO (CPF 215.XXX.XXX-91) em 08/04/2025 16:11:32 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PRISCILA ROCHA DO NASCIMENTO (CPF 014.XXX.XXX-09) em 09/04/2025 09:26:19 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



VAQUITA PRODUÇÕES LTDA - ME (CNPJ 52.095.830/0001-43) em 09/04/2025 15:02:19 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopardo.1doc.com.br/verificacao/DF81-DB1B-619A-CB8E>